



**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO
ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO**
EDITAL Nº 295/2016-UFPA, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

HISTÓRIA

20 de novembro de 2016

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 20 QUESTÕES OBJETIVAS. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 9 horas e término às 13 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 20.

HISTÓRIA

- 1.** Supõe-se que as ditas “raças monstruosas” podem ter sido inventadas para ilustrar teorias sobre a influência do clima, revelando pressuposto de que pessoas que habitam lugares extremamente frios ou quentes não podem ser totalmente humanas. Durante o processo de expansão marítima europeia, povos de lugares remotos foram vistos de maneira monstruosa física e moralmente, como no caso dos canibais que se acreditava habitarem o Brasil, a África Central e outros lugares.

(BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004, p.158).

Seus rituais chocaram os europeus, alimentando de estereótipos o imaginário cristão sobre o Novo Mundo. Como no México, os índios do Brasil reservavam um destino particular a seus cativos: eles lhes ofereciam mulheres, os engordavam cuidadosamente antes de matá-los durante grandes festas. Desse modo, a questão da antropofagia pesou muito nas relações entre cristãos e índios.

(BERNARD, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo*. Tomo II: As mestiçagens, 1550-1640. São Paulo: Edusp, 2006, p. 484).

Sobre as implicações que a antropofagia praticada na América portuguesa teve no processo de conquista do território pelos europeus, é correto afirmar que:

- (A)** Os portugueses perceberam na antropofagia a confirmação de que os povos indígenas do Brasil eram realmente canibais, pois alimentavam-se diariamente de carne humana – fato inteiramente comprovado pelos estudos historiográficos atuais. Os Tupinambá, por exemplo, sem nenhum motivo aparente, guerreavam contra seus inimigos, capturando principalmente os mais fracos para servirem em grandes banquetes.
- (B)** Os jesuítas interpretaram a tese da antropofagia indígena como um obstáculo importante à evangelização e condenaram veementemente essa prática, enquanto os portugueses viram-na como um tema de terror tanto quanto o meio de legitimar seus delitos no processo de submissão dos povos indígenas.
- (C)** A tese da antropofagia não se constituiu em grande obstáculo à evangelização dos índios, na medida em que os jesuítas sabiam conciliar os ideais de pregação missionária com a cultura dos povos do Novo Mundo. Sendo uma ordem religiosa presente em todos os territórios pertencentes às monarquias ibéricas, não lhes era estranho o ritual antropofágico que, na medida do possível, devia ser tolerado até ser vencido pela mensagem cristã.
- (D)** A antropofagia, embora inicialmente tenha sido vista de forma estereotipada e causado um certo impacto na mentalidade cristã de portugueses e missionários, ainda que apenas um simples ritual religioso e guerreiro, foi integrada ao projeto dos conquistadores europeus na América e na África.
- (E)** É bastante conhecida a admiração que os conquistadores nutriam pela beleza dos corpos dos nativos da América em seus primeiros contatos. A antropofagia, por sua vez, casou horror aos europeus, tendo sido vista como prática estranha e cruel. No entanto, as crônicas de André Thévet (1502-1590) e os relatos do alemão Hans Staden (1525-1579), assim como as gravuras de Theodore de Bry (1528-1598) sobre o tema, contribuíram para desfazer o estereótipo negativo que recaía sobre a antropofagia. Desse modo, os europeus puderam ter uma visão mais clara do que era o Novo Mundo, seus povos e culturas. Tanto é que, a partir dessas informações, o humanista Michel de Montaigne (1533-1592) formulou toda a teoria do “bom selvagem” do Novo Mundo.



- 2.** A África Ocidental é uma região com profundas ligações com o Brasil, pois de lá vieram vários dos nossos ancestrais. No início da idade moderna, essa região foi constantemente frequentada por europeus traficantes de escravos, que abasteceram de cativos as colônias americanas. Em relação ao comércio de escravos que se estabeleceu na costa da África Ocidental a partir do século XVI, temos a seguintes afirmativas:
- I. O comércio de escravos na costa da África Ocidental foi um negócio estabelecido entre comerciantes europeus e alguns grupos africanos, pois eventualmente eram estes os fornecedores de escravos para os europeus que os comercializava com os navios negreiros.
 - II. Do século XVII ao XIX a costa da Mina, ou golfo do Benin, foi uma das regiões fornecedoras de escravos para os mercadores europeus da rota do Atlântico. Ali “cidades-estados”, algumas delas controladas pelos reinos do Daomé e de Oió, eram as bases nas quais se davam as trocas entre comerciantes africanos e europeus, cada um interessado na mercadoria que o outro oferecia.
 - III. Antes do desembarque dos europeus na costa atlântica da África, não se tem conhecimento de uma prática escravista ali, pois era uma região formada por sociedades livres de qualquer tipo de submissão. A escravidão africana era comum apenas entre os árabes que estavam em contato direto com a África Oriental. Somente com a implementação do tráfico internacional de escravos pelos europeus é que a África Ocidental passou a ser fornecedora de braços para lavouras e minas no outro lado do Atlântico.
 - IV. Os portugueses, durante o século XV, tiveram um crescente interesse pelo comércio de escravos e, ao longo do século XVI, e seguintes, buscaram territórios capazes de lhes fornecer escravos em grande quantidade. A necessidade de abastecer de mão de obra as lavouras da ilha de São Tomé e as colônias americanas, fez com que o comércio de cativos africanos fosse gradualmente deslocado da costa atlântica para as rotas do Saara. Dali os escravos eram levados em grandes caravanas pelo deserto, chegando aos portos do Mediterrâneo, onde eram negociados e embarcados rumo às colônias da América. Dessa relação nasceu o que ficou conhecido como “comércio triangular”.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (A) I e IV.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) II e IV.
(E) I e II.

- 3.** Após os dois séculos e meio de intensa colonização, a expansão territorial portuguesa no extremo Norte do Brasil não foi resultado de epopeia heroica, mas um produto da rude saga de homens que, em sua maioria, buscavam ajustar-se, de uma maneira ou de outra, ao mundo escravista mercantil. Viver na Colônia significava submeter-se hierarquia que regia a sociedade, composta de militares, burocratas, religiosos, senhores, mercadores, escravos, aventureiros, criminosos, fugitivos e outras gentes de menor ou maior sorte. Viver no mundo colonial era enquadrar-se ou ser enquadrado pela força militar-judicial – ao modelo senhorial, baseado na família consanguínea e seus agregados, no prestígio social, nos títulos de nobreza e sob a ordenança policial.

(Ferreira, A.C.; IVANO, R. *A Conquista do Sertão*. São Paulo: ATUAL, 2002).

Com base no texto pode-se afirmar que:

- (A) A vida na colônia do extremo Norte, no século XIX, era baseada em princípios democráticos e no exercício da cidadania do regime republicano a semelhança da Europa.
- (B) A vida na Colônia do extremo Norte significava submeter-se hierarquia que regia a sociedade, composta de militares, burgueses, religiosos, senhores e mercadores.
- (C) Viver no mundo colonial era enquadrar-se ou ser enquadrado pela força militar-judicial – ao modelo senhorial republicano, já em vigor na Bahia e Rio de Janeiro, baseado na família consanguínea e seus agregados.
- (D) Viver na Colônia significava submeter-se hierarquia que regia a sociedade, composta de militares, burocratas, religiosos, senhores, mercadores, escravos, aventureiros, criminosos, fugitivos e outras gentes de menor ou maior sorte.
- (E) Viver na Colônia era, sobretudo, criar redes de solidariedade que impedissem as imposições dos interesses dos senhores de terra e escravos, dissolvendo as hierarquias sociais dentro de uma cultura igualitária.



4. “Nos fins do século XV, a expansão ultramarina levou assim a cabo uma fusão importantíssima para a história da cultura europeia: articulou, recombina, as formulações europeias acerca do purgatório, da função purificadora da travessia marítima e do degredo enquanto purificação – desdobramento vários de um grande rito de passagem.”

(SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.75).

Com base no texto acima e em seus conhecimentos, julgue as seguintes afirmativas em relação ao imaginário europeu sobre Novo Mundo:

- I. Desde o início, o mundo ultramarino associou-se, no imaginário europeu, à região em que se pagavam os pecados. O Novo Mundo era o inferno sobretudo por sua humanidade diferente, animalesca, e era o purgatório por sua condição colonial. A ele, opunha-se a Europa, metrópole, lugar da cultura, terra de cristão.
- II. As colônias estavam fadadas a servirem de imenso purgatório aos pecados do Velho Mundo, pois era assim que a América era quase sempre vista por seus detratores, ainda que algumas vezes tenha sido apresentada como paraíso terrenal.
- III. A América era vista como purgatório por sua paisagem paradisíaca, que poderia resgatar os homens de seus pecados, como nativos que lembravam a imagem bíblica de Adão e Eva. Portanto, a catequese ministrada pelos jesuítas e outras ordens religiosas serviria para trazer à consciência dos naturais da terra o conhecimento de que eram os exemplos vivos da existência do paraíso criado pela Providência Divina.
- IV. Quando Pedro Álvares Cabral e seus homens chegaram à costa da atual Bahia em 1500, não tiveram dúvida em chamar esse lugar de “Terra de Vera Cruz”. Em 1501, quando o rei D. Manoel enviou aos soberanos da Espanha uma carta narrando que havia encontrado as novas terras que mais tarde seriam o Brasil, chamou-as de “Terra de Santa Cruz”. É preciso ter em conta que essas nomenclaturas não eram gratuitas. Elas remetiam, a um só tempo, tanto a um dos símbolos maiores do cristianismo quanto à ideia da existência de uma terra sem mal. Nesse sentido, se a Europa, em meio às guerras religiosas, era vista como lugar onde Deus e o Diabo travavam batalhas pelo domínio das almas. O Brasil do período colonial, por sua vez, era sempre percebido como o Paraíso na Terra, lavado pelo sangue do Cordeiro e onde os homens seriam purgados dos pecados.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (A) I e II.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) II e IV.
(E) I e IV.

5. A dominação do vasto território colonial, que atualmente denominamos Amazônia envolveu um misto de aventura, ambição, interesses comerciais e violência. Para os indígenas, a truculência dos colonizadores era fatal. Escravizados, não sobreviviam por mais que dois ou três anos ao trabalho incessante, aos maus tratos e à fome; morriam vitimados pelas doenças trazidas pelos europeus, como a gripe, varíola, sarampo, catapora, tifo, difteria, peste bubônica, malária, tuberculose, entre outras. Muitos se suicidavam, outros enfrentavam as armas dos colonos e eram impiedosamente assassinados. Os que conseguiam escapar escondiam-se nos sertões mais longínquos. Com os escravos africanos e afrodescendentes não foi diferente, sofrendo com a violência, as guerras, o trabalho forçado e muitas mortes, também adentraram os sertões das capitanias do Norte. Ao se refugiarem nos sertões, eles se reuniram e ergueram quilombos (também chamados mocambos) ao longo e nas cabeceiras de rios como o Negro, Tocantins, Guamá, Mojú, Xingu, Trombetas, Jari e outros, que serviram de abrigo a índios, negros, mulatos e mamelucos, mas também a brancos perseguidos ou marginalizados pela sociedade colonial.

(Ferreira, A.C.; IVANO, R. *A Conquista do Sertão*. São Paulo: ATUAL, 2002).

De acordo com o texto os quilombos foram abrigos para:

- (A) Escravos índios, negros e pequenos proprietários que fugiam para os sertões longínquos.
(B) Índios, negros, mulatos e mamelucos, mas também a brancos perseguidos ou marginalizados pela sociedade colonial.
(C) A índios, negros, mulatos e mamelucos, mas também a brancos perseguidos a serviço dos magistrados da sociedade colonial.
(D) A índios, negros, mulatos e mamelucos, mas também a brancos comerciantes, a serviço dos membros da sociedade colonial.
(E) A negros, suicidas, aventureiros de toda sorte, assim como a representantes da classe senhorial em guerra com seus inimigos.



6. Segundo a lenda de Ifé, uma primeira geração de “Estados ioruba” havia se formado no tampo dos netos de Odudua, que se dispersaram a partir da cidade sagrada de Ilê Ifé, constituindo os Estados de Owu, Ketu, Benin, Illa, Sabe, Popo e Oyo ou Oiô. Em relação às características religiosas dos povos de cultura ioruba, são feitas as seguintes afirmativas:
- I. A cultura ioruba é organizada em torno de numerosos cultos. A própria religião ioruba se desenvolveu em lugares sagrados onde os altares e sacerdotes se dedicavam ao culto de um determinado orixá, ancestral deificado, associado às forças ou presenças naturais: água, tempestades, rios.
 - II. A religião ioruba recebeu forte contribuição dos tuaregues, povos islamizados e mercadores do Saara que circulavam pelos reinos ioruba levando produtos e o ensinamento do Islã. Os tuaregues entraram em território ioruba pelo Sudão no século VIII, conquistando a cidade Ilê Ifé e convertendo os habitantes ao islamismo. O Alcorão passou então a ser leitura obrigatória e importante componente de unidade entre os ioruba. Em 1835, essa identidade religiosa veio à tona com a Revolta dos Malês (escravos ioruba no Brasil) ocorrida na Bahia.
 - III. A cultura religiosa ioruba, por muito tempo, apresentou elementos cristãos do reino Axum, que existiu nas terras altas do nordeste da Etiópia. O reino Axum teve forte influência de Roma, adotando o cristianismo por volta do ano 500 da nossa era. Devido ao intenso contato com a África Ocidental, os cristãos de Axum não demoraram a converter Odudua, líder militar e religioso de Ilê Ifé. Daí a grande presença de santos que foram adotados no culto ioruba dessa época. Porém, no século VIII, o islamismo expandiu-se pela África Ocidental, chegando ao território ioruba pelos tuaregues, que circulavam constantemente na cidade de Ilê Ifé.
 - IV. No ritual religioso ioruba, a iniciação do sacerdote envolvia a raspagem e tratamento da cabeça com determinadas ervas, relacionadas ao culto do orixá escolhido. Essa religião que cultua orixás está ligada à noção de família – a família numerosa, originária do mesmo antepassado, que engloba os vivos e os mortos. O orixá seria, em princípio, um ancestral divinizado que, em vida, estabeleceria vínculos que garantiam um controle sobre certas forças da natureza, como o trovão, o vento, as águas doces e salgadas, ou, então, assegurando-lhe a possibilidade de exercer certas atividades como a caça, o trabalho com metais, ou, ainda, adquirindo o conhecimento das propriedades das plantas e de sua utilização.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (A) I e II.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) II e IV.
(E) I e IV.

7. O anseio por descobrir formas de produção que facilitassem e multiplicassem a fabricação de bens já era bastante evidente nas grandes cidades, principalmente italianas e holandesas. Mas foi na Inglaterra que ocorreu a evolução técnica capaz de atender a tais necessidades. Vários fatores explicam o pioneirismo inglês na invenção de máquinas capaz de ampliar o volume da produção fabril. O processo de cercamentos de terras (*enclosures*) deu uma nova configuração à estrutura fundiária na Inglaterra, que se beneficiou das medidas ligadas ao comércio naval (Atos de Navegação). A burguesia, parte dela de origem nobre, assumiu o comando naquele país ainda no século XVII, tendo sido ali superadas as barreiras feudais bem antes que em outros países, o que estimulou o desenvolvimento econômico e tecnológico. Inventaram engenhos que facilitaram o difícil trabalho nas minas de ferro, carvão e cobre, assim como na produção têxtil.

GERAD, J. W., Rossi. *Indústria e Trabalho no Brasil: limites e desafios*. São Paulo: Atual, 1997, p.13.

De acordo com o texto a Inglaterra assumiu o pioneirismo industrial em face de:

- (A) Apenas do processo de cercamentos de terras (*enclosures*) que deu uma nova configuração à estrutura fundiária na Inglaterra e se beneficiou das medidas ligadas ao comércio naval (Atos de Navegação).
(B) A burguesia, parte dela de origem nobre, assumir o comando naquele país ainda no século XVII, tendo sido ali superadas as barreiras feudais bem antes que em outros países, o que estimulou o desenvolvimento econômico e tecnológico.
(C) A permanências das antigas barreiras feudais, a burguesia assumir o poder político no país e promover o desenvolvimento tecnológico para exploração do ferro, carvão e cobre e acelerar a produção têxtil.
(D) A Invenção engenhos que facilitaram o difícil trabalho nas minas de ferro, carvão e cobre, assim como na produção têxtil.
(E) A burguesia e parte da nobreza, assumir o comando naquele país ainda no século XVII, tendo sido ali superadas as barreiras feudais bem antes que em outros países, o que estimulou o desenvolvimento econômico e tecnológico.



- 8.** A existência de grandes máquinas dotadas de força motriz, independentemente de quem as opera; a concentração dessas máquinas em grandes unidades industriais; o abastecimento das unidades industriais por matérias primas e insumos; a operação desse complexo por grandes contingentes de trabalhadores, tudo isso só foi possível graças ao surgimento de novos sujeitos coletivos – agente das transformações ocorridas. Os donos dos meios de produção (máquinas, ferramentas, matérias primas, insumos etc.) os grandes comerciantes, os banqueiros e os grandes proprietários de terras (utilizando tecnologias mecanizadas e trabalhadores em números estritamente necessários) formaram a classe dominante do novo sistema, a classe capitalista, ou burguesia. Já os que passaram a trabalhar para esses novos senhores, os enormes contingentes de assalariados, constituíram a classe proletária. Criaram-se também condições para o surgimento de setores intermediários técnicos e sociais, chamados de classe média ou pequena burguesia. No jogo de forças entre esses grupos sociais é que se foi realizando a história contemporânea.

(GERAD, J. W.; Rossi. *Indústria e Trabalho no Brasil: limites e desafios*. São Paulo: Atual, 1997, p.15).

O texto permite afirmar que a revolução industrial tornou-se possível e se instaurou com:

- (A) A existência de grandes máquinas dotadas de força motriz, a concentração dessas máquinas em grandes unidades industriais, o abastecimento das unidades industriais por matérias primas e insumos; a classe capitalista ou burguesia e a classe proletária.
- (B) Apenas donos dos meios de produção (máquinas, ferramentas, matérias primas, insumos etc.) os grandes comerciantes, os banqueiros e os grandes proprietários de terras (utilizando tecnologias mecanizadas e trabalhadores em números estritamente necessários).
- (C) A existência de grandes máquinas dotadas de força motriz, a concentração dessas máquinas em grandes unidades industriais, o abastecimento das unidades industriais por matérias primas e insumos, a classe capitalista ou burguesia e a pequena burguesia.
- (D) Apenas aos que passaram a trabalhar para esses novos senhores, os enormes contingentes de assalariados que, constituíram a classe proletária e os setores intermediários técnicos e sociais, chamados de classe média ou pequena burguesia.
- (E) A existência de um grande número de camponeses aptos ao trabalho nas fábricas, uma burguesia fraca, mas empreendedora, um certo atraso tecnológico possível de compensar com a criatividade dos artesãos, tarefas realizadas em pequena escala e em unidades de produção dispersas pelo território.

- 9.** “A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e pessoas”.

(RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Rio de Janeiro: *Tempo*, v. 11, nº 22, 2007, p.5-30, p.6.)

Considerando o trecho acima, é correto concluir que a autora interpreta a Cabanagem como:

- (A) um movimento regional típico do período regencial do Império do Brasil, no qual a população local, no desejo intenso de integrar-se à nação brasileira, revoltou-se contra o domínio português na Amazônia.
- (B) um movimento revolucionário que ultrapassou as fronteiras regionais e nacionais, no qual indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum, forjando uma identidade que se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades.
- (C) um levante de caráter regional, que deve ser compreendido dentro dos ditames da formação da justiça e da organização social e política do Império.
- (D) um movimento nacionalista ligado ao processo de emancipação política do Brasil no Pará, no qual os cabanos apoiavam-se em justo ódio racial aos brancos, sentimento que se ampliou com a má administração portuguesa de cunho colonialista na Amazônia.
- (E) um movimento que, como muitos que surgiram após 1822, questionava o projeto político imperial elaborado no Rio de Janeiro e que, desde o início até o final, teve como única reivindicação o federalismo em contraposição à centralização política do Império.



- 10.** Saber os principais motivos que levaram à libertação dos escravos em 1888 é uma questão que sempre intrigou os historiadores. Nesse sentido, muitos se perguntaram se a celebrada Lei Áurea foi obra de cativos revoltados, resultou do radicalismo abolicionista, ou mesmo se decorreu de uma política reformista dos dirigentes do Império. Hoje, com o avanço das pesquisas, temos uma visão mais matizada do tema, que leva em conta tanto a rebeldia dos escravos quanto a ação reformista das elites.

(DEL PRIORE, Mary & VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, p.203).

Todavia, para se entender melhor esse processo é preciso atentar para a existência de três grupos que na época se debatiam sobre o destino que deveria ser dado ao regime escravista: os abolicionistas, os emancipacionistas e os escravistas. Cabe dizer que o conflito entre essas três correntes foi de grande importância para definir o fim da escravidão no Brasil.

Desse modo, considerando o processo de libertação dos escravos que cominou na Lei Áurea, julgue as seguintes afirmativas sobre os ideais defendidos pelos grupos que dele participaram.

- I. Os emancipacionistas propunham a libertação imediata da escravidão, tendo como alguns dos seus principais líderes os radicais Silva Jardim, José Bonifácio. Por outro lado, os abolicionistas, apesar da pregação incendiária nos jornais contra a escravidão, eram partidários da extinção lenta e gradual do elemento servil. Quanto aos escravistas, como era de se esperar, eram defensores do sistema, sendo que, no caso da abolição ser sancionada, pugnavam pela indenização dos proprietários.
- II. Os escravistas defendiam a abolição da escravidão sem indenização, desde que se oferecesse aos proprietários novos trabalhadores que aceitassem trabalhar em regime assalariado. Os abolicionistas concordavam com a indenização pecuniária aos proprietários, mas condenavam outros tipos de auxílio governamental aos mesmos senhores. Os emancipacionistas, por sua vez, defendiam o fim da escravidão acompanhado de uma ampla integração dos libertos na sociedade.
- III. Os emancipacionistas tinham uma posição moderada, pois eram defensores de uma emancipação lenta e gradual da escravidão. Já os abolicionistas, em sua maioria, defendiam ideias mais radicais, reivindicando a libertação imediata para todos os cativos, sem indenização aos proprietários. Desse movimento participavam lideranças negras, como André Rebouças e José do Patrocínio, cuja atuação teve repercussão nacional. Em meio ao grupo escravista predominavam membros oriundos da elite agrária do país, que viam a propriedade escrava como um direito e, na defesa de seus ideais, contavam com o apoio de gente letrada e reconhecida.
- IV. Guardando as devidas diferenças de propostas entre emancipacionistas e abolicionistas, pode-se dizer que ambos os grupos acreditavam combater o regime servil em nome da construção de um mundo civilizado sem escravidão, que permitiria o progresso moral e material da sociedade, ainda que a visão que tinham de progresso fosse conservadora e excludente.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (A) I e II.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) II e IV.
(E) I e IV.



- 11.** “A esse tempo o Governador de Armas divide a gente, que lhe estava unida em duas columnas: coloca-se na frente de uma, que conduz pela rua Santo Antônio ao Largo da Igreja deste Santo e a outra he guiada pelo Coronel Villaça ao mesmo largo pela rua do açougue: ao desembocar neste ponto sabe do Major Baena que o restante dos revoltosos já manifestava arrependimento, e proferia que não queria responder ao fogo que se lhe fizesse: levante Vivas a El Rei, às Cortes, à Religião, e a tropa Paraense: observa que todos aclamão a união, que o ar ressoa com gritos de alegria: mette-os nas fileiras com generosa confiança; marcha para o Largo do Palácio (...)”.

(BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969. p. 376)

O fragmento acima se refere à revolta de 14 de abril de 1823, na qual se objetivava o alinhamento da Província do Pará com a cidade do Rio de Janeiro, no processo de Independência do Brasil. Ainda que sem êxito, tal revolta demonstra:

- (A) O frágil alcance dos debates sobre a Independência do Brasil, realizada oficialmente no dia 07 de setembro de 1822, mas que não tinha conseguido atingir todas as províncias no recém-constituído Império Brasileiro, apesar do nítido engajamento das tropas das diversas províncias.
- (B) A concreta adesão aos debates sobre o reconhecimento da autoridade do novo Imperador, D. Pedro I, resultando num movimento bem articulado dos militares nos quartéis paraenses.
- (C) A divisão de pensamentos e ideias sobre o novo momento político, numa sociedade em que a influência dos portugueses ainda era muito forte e os ideais baseados no conservadorismo.
- (D) O crescente sentimento de revolta, diante de uma sociedade autoritária, o que gerou diversos motins durante os anos 1820, culminando com a Cabanagem na década de 1830.
- (E) A relativa autonomia das tropas paraenses que, a seu modo, participaram e decidiram se mobilizar a favor dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

- 12.** “Não se pode esquecer que em agosto de 1823, a notícia de que o Maranhão tinha se alinhado ao Rio de Janeiro foi decisiva para a vitória dos que pretendiam dar o mesmo destino ao Grão-Pará. Isto porque, uma vez esfacelado o bloco de províncias fiéis a Lisboa, que até então se pretendia se manter, tornava-se muito difícil a viabilidade política e econômica do projeto político daqueles que ainda se mantinham firmes no propósito de preservar os laços com Portugal.”

(MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na Província do Grão-Pará*. (1821-25). Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo. 2006. p. 245-246)

O fragmento acima se refere ao processo que culminou na Adesão do Pará à Independência do Brasil, tal processo demonstra que:

- (A) A formação do Estado-Nação não foi um simples ato inaugurado no dia 7 de setembro de 1822, pelo contrário, a consolidação do Estado estava ligada à necessidade de impor a autoridade do novo imperador e garantir o apoio das elites locais das diversas províncias, muitas das quais estavam divididas entre a fidelidade à Lisboa e o reconhecimento das novas autoridades.
- (B) A aceitação do novo governo no Grão-Pará estava condicionada ao posicionamento tomado pela província do Maranhão, com a qual sempre esteve ligada pela antiga formação territorial colonial, constituindo as duas o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão.
- (C) A província do Maranhão sempre dialogou com o Estado do Brasil e após a vinda da família real para o Brasil, em 1808, os laços foram reforçados, transformando a província do Maranhão no grande “baluarte do norte”, principal apoio para D. Pedro I.
- (D) Os laços com Portugal há muito tempo eram frágeis, o que se tornava cada vez mais evidente em virtude do isolamento no qual se encontravam alguns poucos sujeitos que insistiam na manutenção do comércio com as firmas portuguesas e na manutenção do pacto colonial.
- (E) A cidade de Belém se tornou a grande opositora aos interesses portugueses; políticos e comerciantes lutaram pela adesão ao sistema constitucional brasileiro desde a proclamação da Independência, apesar da tardia adesão da Província do Maranhão.



- 13.** “Na linguagem da imprensa dirigida pelos republicanos históricos, o partido denominado Partido Republicano Democrático na verdade era monarquista, pois conspirava contra a República, uma vez que; ‘... dizem-se democratas e ostentam se nobres e orgulhosos. Fazem a política da emboscada, do fingimento, das dissimulações.’”

(FARIAS, Wiliam Gaia. Republicanos versus democratas: conflitos políticos no alvorecer republicano paraense. In: *OPS/S*, Catalão, v. 9, n. 13, p. 15-34, jul-dez 2009 . p. 17.)

Considerando as informações no fragmento acima, podemos afirmar, sobre o Republicanismo no Pará:

- (A) Existia uma clara definição dos interesses republicanos no Pará, em virtude de uma ativa participação do Partido Republicano nas decisões políticas, a partir de líderes republicanos históricos com Antônio Lemos.
- (B) Existia uma fragmentação nos grupos que se autodenominavam republicanos, os quais eram oriundos da antiga divisão entre liberais e conservadores do período imperial, divisão evidenciada pela existência do Partido Republicano Democrático e do Partido Republicano Paraense.
- (C) Os interesses em jogo, apesar das divisões, eram nitidamente contrários ao partido conservador e o retorno monárquico, por isso, pregavam o fim das divisões em torno desse objetivo comum, construir uma República consolidada e forte.
- (D) As divisões entre republicanos históricos e democratas se manifestaram publicamente através de uma verdadeira “guerra das penas” entre os articulistas dos principais jornais da época, o que gerou uma inserção definitiva do povo nos debates, tomando partido por um ou outro partido de forma contundente.
- (E) O republicanismo no Pará não tinha grande representatividade, nem mesmo entre as elites letradas, as quais ainda traziam influências do conservadorismo português, anterior à Adesão do Pará à Independência do Brasil.

- 14.** “A seca de 1877 é um marco importante para a saída de cearenses rumo à Amazônia, uma vez que, se de um lado, (...) existe um fenômeno climático que exige a saída do sertanejo, de outro, a valorização da borracha, ao logo do século XIX, coloca a Amazônia como um espaço de atração para os migrantes”.

(LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência*(1889-1916). Tese de Doutorado.

Universidade do Estado de São Paulo. 2006. p. 232).

O fragmento acima demonstra os dois principais impulsionadores dos movimentos migratórios: atração e repulsão. Sobre o movimento migratório na Amazônia no século XIX, é correto afirmar:

- (A) Foi um processo marcado pela vinda de migrantes do nordeste brasileiros e dos mais diversos países, ocasionado por demandas envolvendo a extração do látex e projetos agrícolas.
- (B) Os migrantes nordestinos vindos para a região amazônica em fins do século XIX foram direcionados exclusivamente para o trabalho nos seringais e outras nacionalidades foram encaminhadas exclusivamente para os projetos industriais.
- (C) Os migrantes nordestinos passaram por um processo de adaptação radical, em virtude de uma natureza completamente diferente de seus locais de origem. Além das relações de trabalho exclusivamente assalariadas que encontraram aqui, eles não almejavam retornar aos seus lugares de origem, em virtude dos bens adquiridos e da falta de perspectiva marcante nesses lugares de onde eram originários.
- (D) Muitos migrantes vieram na perspectiva de retorno para sua terra natal, após adquirirem as riquezas prometidas pelos agenciadores, o que resultou num grande e constante movimento de retorno, à medida que conseguiam tais riquezas.
- (E) Nas ruas de Belém e Manaus se manifestavam as mais diversas relações sociais oriundas do contato entre os migrantes, o que resultou em grandes redes de solidariedades mutualista e defesa da escravidão dos grupos recém-chegados que desembarcavam nos portos dessas cidades.



- 15.** “No campo da ação política, fracassaram sistematicamente as tentativas de mobilizar e organizar a população dentro dos padrões conhecidos nos sistemas liberais. Fracassaram os partidos operários e de outros setores da população; as organizações políticas não-partidárias, como o clube republicano e batalhões patrióticos, não duravam além da existência dos problemas que lhes tinham dado origem; ninguém se preocupava em comparecer às urnas para votar (...)”.

(CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 141).

Considerando o fragmento acima, sobre a participação política do povo nos primeiros anos da República podemos afirmar que:

- (A) O povo não participava da vida política do novo regime estabelecido e não queria se organizar no sentido classista do termo, em virtude de alguns fatores determinantes, dentre os quais, a ínfima presença de trabalhadores nas cidades e sua intensa rejeição à República.
- (B) No campo da ação política, a falta de mobilização popular estava associada à marcante opressão do trabalhadores nas fábricas, com intenso ritmo de trabalho e por estes defenderem fortemente a monarquia.
- (C) A não participação política de grande parcela da população decorria do desconhecimento e da descrença nos mecanismos de participação políticas tradicionais e institucionais, como as eleições e o voto, dos quais sempre estiveram excluídos.
- (D) O desinteresse do povo pela vida político-partidária era comum, em virtude da Constituição de 1891, que manteve o voto censitário.
- (E) O caráter solidário das organizações populares se dava em virtude da defesa dos interesses permanentes dos valores republicanos, que questionavam os princípios liberais baseados exclusivamente nas eleições dos governantes.

- 16.** Uma das características gerais do desenvolvimento capitalista é a formação, no interior dos países, de centros de maior crescimento econômico, em relação aos quais as áreas mais distantes passam a ser consideradas periféricas. Isso ocorre principalmente para responder à exigência desse sistema de baratear ao máximo os custos de produção, para maximizar os lucros. Assim, o Sudeste brasileiro, ao longo do século XX, concentrou não só as usinas hidroelétricas, siderúrgicas, redes rodoviárias etc., mas também o maior número de grandes empresas, grandes bancos, além de ter sido sede da capital do país (Rio de Janeiro) por muito tempo. A mão de obra, por outro lado, sendo um dos componentes fundamentais do custo de produção, requer políticas específicas para o seu barateamento, ou seja, políticas que levem sua oferta, enquanto mercadoria, a ser maior que a oferta de empregos. Desde meados do século XIX, o governo brasileiro promovia imigração de mão de obra europeia, por precisar de trabalhadores livres para exercer o trabalho assalariado.

(GERAD, J. W.; ROSSI, W. *Indústria e Trabalho no Brasil: limites e desafios*. São Paulo: Atual, 1997, p.29).

Pela leitura do texto pode-se concluir que a industrialização no Brasil ocorreu:

- (A) Nos centros urbanos do Sudeste, onde havia excesso de mão de obra e de empregos, de hidroelétricas, siderúrgicas, redes rodoviárias etc.
- (B) Desde meados do século XIX, o governo brasileiro promovia imigração de mão de obra europeia para o Sul, por precisar de trabalhadores livres para exercer o trabalho assalariado nas fazendas de cana.
- (C) No Sudeste brasileiro, ao longo do século XX onde se concentrou não só as usinas hidroelétricas, siderúrgicas, redes rodoviárias etc., mas também o maior número de grandes empresas, grandes bancos, além de ter sido sede da capital do país (Rio de Janeiro) por muito tempo.
- (D) No Sudeste por ser o centro de maior crescimento econômico, concentrou não só as usinas hidroelétricas, siderúrgicas, redes rodoviárias etc., mas também o maior número de grandes empresas, grandes bancos, além de ter sido sede da capital do país (Rio de Janeiro) por muito tempo.
- (E) De forma igualitária nas diferentes macrorregiões do país, possibilitando o desenvolvimento de um justo equilíbrio econômico entre elas. Nesse sentido, evitou-se criar no Brasil áreas “periféricas” em relação à industrialização que supostamente ocorreria com maior intensidade no Sudeste.



- 17.** O projeto da ditadura civil-militar, instaurada no Brasil em 1964, prometia o desenvolvimento da região amazônica pela formação de grandes ondas de efeito concatenado, provocadas por polos de desenvolvimento. No que se refere à indústria tal estratégia criar-se-ia polos de extração de minérios e de madeiras, conjugando a abundância de terras, energia hidroelétrica com escassez de trabalho e capital. Tal postulado implicava, à época, o desenvolvimento da agricultura e pecuária pela inclusão de terras novas (sem uso sistemático), construção de hidroelétricas e rodovias. O mecanismo central de intervenção federal na Amazônia foi a política de incentivos fiscais à pecuária, a grande produção agrícola, e a concessão de grandes porções de terras e de reservas minerais para a exploração capitalista. Os “camponeses” nas suas diferentes situações (trabalhadores rurais, pequenos proprietários, posseiros, extrativistas, etc.) locais não foram beneficiados por tais políticas. O que desencadeou diversos movimentos contestatórios, revoltas, resistências de distintas formas, que de modo geral foram duramente reprimidos.

(COSTA, F. A. *Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável*. Belém: CEJUP, 1998).

Pela leitura do texto pode afirmar que o desenvolvimento da Amazônia proposto a partir de 1964, propunha que:

- (A) Os “camponeses” nas suas diferentes situações (trabalhadores rurais, pequenos proprietários, posseiros, extrativistas, etc.) locais foram beneficiados por tais políticas fiscais.
- (B) Concedeu terras a numerosos camponeses o que desencadeou diversos movimentos contestatórios, revoltas, resistências de distintas formas, conhecidos como ‘conflitos agrários que, de modo geral, foram duramente reprimidos.
- (C) O mecanismo central de intervenção federal na Amazônia foi a política de incentivos fiscais à pecuária, a grande produção agrícola, e a concessão de grandes porções de terras e de reservas minerais para a exploração capitalista.
- (D) No que se refere à industrial tal estratégia criar-se-ia polos de extração de minérios e de madeiras, conjugando a abundância de terras, energia hidroelétrica com excesso de trabalho e escassez de capital.
- (E) As terras às margens das rodovias fossem distribuídas em forma de pequenas propriedades para se evitar conflitos na região. Assim, a intervenção federal ficaria limitada aos incentivos à agricultura familiar, o que produziu fortes críticas de setores ligados ao agronegócio, que se diziam abandonados pelo Estado.

- 18.** A Natureza amazônica tem sido cantada em verso e prosa. A sua flora e fauna têm fornecido ao mundo produtos de alto valor monetário gerando altos lucros para algumas pessoas ou grupos. Na atualidade, essa natureza tornou-se objeto de um intenso debate nacional e internacional, face à possibilidade de sua destruição e de extinção de sua diversidade biológica. Estamos nos referindo à

- (A) biodiversidade da Amazônia.
- (B) ecologia da flora amazônica.
- (C) ecologia hidrológica da Amazônia.
- (D) diversidade da fauna.
- (E) diversidade de solos.

- 19.** Os governantes da Amazônia têm desenvolvido diversos esforços pela implantação na região da verticalização da produção. Isto significa promover a (o):

- (A) agricultura.
- (B) pecuária.
- (C) extrativismo vegetal.
- (D) industrialização.
- (E) extrativismo mineral.

- 20.** A globalização torna-se um olhar voraz sobre tudo e sobre todos (Leff, H. 2000). É um processo que se alimenta de trabalho barato e da natureza, provocando a destruição dos mesmos criando diversos problemas ambientais, na medida em que transfere de acordo com os interesses os produtos naturais de lugar para outro. Nesse processo, muitas transferências são feitas de forma ilegal, sem qualquer autorização. Essa transferência ilegal dos produtos da biodiversidade se denomina

- (A) Diversidade biológica.
- (B) Biopirataria.
- (C) Diversidade ecológica.
- (D) Destruição ambiental.
- (E) Extinção das espécies.